

“PAU D’ALHO” — QUASE ROTEIRO.

JAELSON BITRAN TRINDADE

Aluno do Departamento de História da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

“Devo distinguir, entretanto: desta vez a escolha não se dirigiu àquele arquiteto que se acostumou ser vosso amigo, mas às teses e à orientação que defende. Teses e orientação, que, se outro valor não tenho, tenho a paixão da verdade e amor de servir à profissão de arquiteto e à coletividade a que todos pertencemos”. *Luis Saia* — Curso complementar de planejamento e urbanismo. 1ª Aula. Faculdade de Arquitetura Mackenzie, 1957.

A vinculação deste texto ao último trabalho de Luis Saia, justifica-se. Se pretendemos com isso uma relação entre o homem e a obra, o reconhecimento de tal relação deverá, certamente, transbordar a individualidade de Luis Saia. E isto ele mesmo o fez: conhece-la, pois, intimamente — a consciência disso — é legitimamente dele. Daí o uso de seus vários escritos para esboçar este quadro mais amplo, onde se afirma e se significa o seu trabalho. Foi portanto intencional.

Essa “meditação” — a relação homem-obra —, sobretudo naquilo que ela tem de *permanente*, de *contínuo* e *renovador*, é marcadamente constante nas idéias e trabalhos expressados através de Luis Saia. Através deles, o método de abordagem e os elementos da formação do profissional, o institucional e a instituição social, se reconhecem e se guiam. Manter a relação entre a particularidade nacional e a realidade global em que esta se movimenta, exigir também para si o reclamo social de uma identificação, de um entendimento, de um lastro enfim para a interpretação direta dos problemas e revitalização desta mesma problemática. Esta exigência de uma intervenção coerente, buscada nos esforços e resultados da ação dos homens no desenrolar do tempo, quanto à razão, significado e importância: memória e momento. Tudo se integra.

A instituição, criada que foi pela necessária unidade entre cultura e sociedade, tem seu conteúdo assim garantido; o homem, fruto desse aclaramento, é criador e criação também do tempo. Ambos têm a sua “fase heróica”, de formação, e seu amadurecimento, onde as *Notas Preliminares Sobre a Fazenda Pau d’Alho* são de certa forma, o arremate de um estágio de trabalhos pertinazes e decididos. Fazem parte

“de uma estratégia silenciosa, porem eficaz, do 4º Distrito do IPHAN” (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

No monumento, o contexto histórico-social — o período cafeista que o engendra, ao apontar uma nova orientação — vai se encontrar com esse acontecimento arquitetônico, que do ponto de vista plástico oferece tantos resultados favoráveis para a criação da paisagem cafesista:

“no sentido de conter, em substância, todas as soluções que fizeram carreira, com variantes condicionadas a zonas e épocas, nestes 150 anos de economia cafesista”.

O enquadramento histórico-social e, particularmente o da história da arquitetura brasileira, a par de uma consciência profissional rigorosa vão, portanto, definir a eleição da fazenda Pau d’Alho como exemplar significativo, e são

“suficientes para aponta-la como peça a ser tombada e lugar bom para abrigar o Museu Nacional do Café”.

Daí para a frente desenvolvem-se as iniciativas — estudos e trabalhos — destinadas à divulgação e à consolidação do valor representativo da Fazenda Pau d’Alho.

Os três momentos do presente trabalho necessariamente se entrecruzaram, e se condicionam. A *justificativa histórica* apresentada nestas “Notas Preliminares” é, no próprio dizer de Luis Saia, “indez” (chamariz): arrolando e organizando algumas indicações, tem unicamente — pois que preliminar — o interesse de uma hipótese de trabalho, abrindo o complexo quadro em que se insere a Pau d’Alho;

“hipótese que deve ser controlada, revista, analisada, completada e até reformulada”.

A exposição das *obras de restauro* dão também a idéia do critério firme com que estas foram dirigidas, com aquele

“tirocínio de obras e de familiaridade com os processos construtivos antigos, sensibilidade artística, conhecimentos históricos, acuidade investigadora, capacidade de organização, iniciativa e comando e, finalmente, desprendimento” (1),

apontados por Lúcio Costa como necessários também para quem trabalhe nesta faixa de atividade especializada; sempre à base da experiência e de estudos, em permanente verificação e reflexão. É no *projeto de aproveitamento* enfim, que se completa a globalidade da visão que presidiu a abordagem desse “acontecimento” — a Pau d’Alho. Realmente, neste último, os aspectos artísticos e sociológicos extrapolam o individual — o monumento — e se direcionam a uma perspectiva cultural mais ampla. Só daí, então, é que atenta a esta visão, compreende o caráter particular da obra, o que determina o seu projeto específico, o sentido dele.

Isto se explica.

“A criação do SPHAN — Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (em 1937) representou (...) uma recolocação mais realista e mais culta do problema, conduzida pelo que havia de mais apto e atual em matéria de arquitetura e artes plásticas. À visão romântica que pesquisava formas tradicionais para repeti-las em contrafações inaceitáveis, mesmo quando excelentemente estudadas, como no caso de Vitor Dubugras, se substituiu um esforço de análise mais científica, inteiramente destituída de manias imitatórias, e orientado no sentido de uma seleção rigorosa do patrimônio de cultura material que acompanhara a formação nacional” (2).

Para as várias tarefas de

“restauração, preservação de ambiência e de obras complementares destinadas à valorização do monumento e seu uso, necessárias a fim de que o mesmo se legitime superando as aparentes contradições que pretendem opor épocas diferentes, como se fossem inconciliáveis ou se negassem mutuamente (...) os 35 anos de experiência do IPHAN — diz Luis Saia, num escrito de 1973 — contaram com a participação de arquitetos brasileiros que não possuíam nenhuma formação especializada em restauração, mas cujo conhecimento da arquitetura, permanentemente

(1). — *Cultura*. Órgão do Conselho Federal de Cultura. MEC. Abril, 1970. Ano 4 — nº 34, pág. 205.

(2). — Saia (Luis), “Notas sobre o IPHAN”. Original, datilograf. s/título, s/data (1973).

atualizado pelo estudo do tradicional e do contemporâneo, conduziu esse trabalho a um nível de profundo respeito pelos documentos do passado e de inegável atualidade na sua formulação cultural. Não houve apenas coincidência de arquitetos de vanguarda estarem na condução dos problemas de proteção do nosso acervo tradicional. Ao contrário, este fato permitiu que o IPHAN encontrasse uma orientação correta: preservar e valorizar o antigo, imune aos vícios de um saudosismo doentio e de uma simplória política de salvados do incêndio” (3).

De fato, o Brasil no anos 20/30 deste século encontrou-se — São Paulo, principalmente — com as condições básicas para a sua modernidade: a produção industrial a modificar estruturalmente a sociedade, no sentido de internacionaliza-la mais profundamente. Todas as atividades criadoras na explicação da origem e da composição do mundo, da posição do homem no cosmos e do destino humano se associam, cada vez mais, a concepções secularizadas da existência, da natureza humana e do funcionamento das instituições. O saber racional e a investigação científica, com as recentes inovações estruturais e institucionais encontram condições de maior expansão e desenvolvimento autônomo. Expansão e desenvolvimento estes com características universalizantes, pois passa a ter, maiormente, componentes iguais, e ligados, aos dos países industrializados.

“A crise capitalista de 1929 determinou consequências nacionais favoráveis à criação de um clima de reconhecimento do nosso atraso e da dependência que a economia de tipo colonial nos impunha. Os países ou grupos econômicos que controlavam a produção de exportação e a distribuição dos bens de consumo interno, a braços com as consequências dessa crise, não puderam dispensar às classes dirigentes brasileiras uma “assistência” que as colocasse a coberto dos traumas internos que então eclodiram, facilitando a formação de uma consciência mais realista dos problemas em desenvolvimento no país. Alguns desses problemas, especialmente os de exploração dos serviços públicos (*) e os do aproveitamento nacional dos recursos naturais (**), já haviam sido ou foram abordados durante o próprio processo de amadurecimento dessa crise, facultando alguns dados para a manipulação dessas questões num plano mais consequente” (4).

(3). — Saia (Luis), texto para a Bienal de Arquitetura. São Paulo, 1973.

(4). — Saia (Luis), “Situação do Urbanismo e do planejamento no Brasil. 5ª aula — Faculdade de Arquitetura Mackenzie. São Paulo, 1957.

(*). — bibliografia da própria aula.

(**). — *Idem*.

Toda a produção intelectual da época, se de primeiro

“era a fermentação que andava pela Europa, o mesmo sentido épico de luta contra os métodos rotineiros que haviam levado o mundo à falência” (5),

onde se procurava demolidoramente romper caminho, e procurar uma nova base, isto abriu, realmente, o caminho para o estudo de muitos problemas brasileiros. Num segundo momento,

“uma atmosfera de crítica e de revisão; um período de violentas contradições e de um enorme esforço intelectual — de onde teríamos de sair orientados para a crítica e para a análise. E foi o que se deu” (6).

O IPHAN, criado pelo Estado Nacional é também fruto desse momento. E não se trata — visto a dimensão de sua ocorrência —, apenas, de uma “repartição especializada”: expressão, mas também visão proveniente de uma necessidade de encontro da sociedade com seus interesses, consigo mesma, se buscando — nas suas diversas vi-
vências regionais —; o dever, a garantia por essas

“formas sociais refletidas na sua cultura, nas suas obras” (7),

encontra seu suporte na constituição Federal.

“Não é atoa que a Constituição do Brasil, desde 1934, declara que o amparo à cultura é dever do Estado” (8).

“Em primeiro lugar, a definição legal consubstanciada no decreto-lei nº 25, de 30-11-1937. A história deste documento legal, desde a iniciativa do ministro Gustavo Capanema de pedir a Mário de Andrade que elaborasse o anteprojeto, até sua assinatura, depois de ter passado por todos os tramites legislativos, como decreto-lei, enquanto o SPHAN já atuava em termos experimentais,

(5). — Bastos (Abgvar), “Formação do Espírito Moderno”, in Cavaleiro (Edgard), *Testamento de uma geração*. — “26 figuras da intelectualidade brasileira prestam o seu depoimento”. Livraria do Globo. Porto Alegre, 1944 — págs. 15-27.

(6). — Cândido (Antônio), in Mario Neme — *Plataforma da nova geração*. “29 figuras da intelectualidade brasileira prestam o seu depoimento”. Editora Livraria do Globo. Porto Alegre, 1945 — págs. 29-40.

(7). — *Cultura, op. cit.*, pág. 11.

(8). — *Idem, ibidem*, pág. 8.

conduzido por Rodrigo de Melo Franco de Andrade, ainda não foi contada. Mas o resultado, isto é, o texto do decreto-lei nº 25 é, ainda hoje, depois de 35 anos (1973), uma lição de sabedoria. Em segundo lugar, os nomes que frequentaram a equipe de direção sob a responsabilidade de Rodrigo M. F. de Andrade: Lúcio Costa, Prudente de Moraes Neto, Manoel Bandeira, Luis Jardim, Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, etc., era o que havia de mais representativo no pensamento vanguardista do Brasil. Tais condições puderam garantir uma orientação de alto nível, o que era muito importante para a luta contra a bisonhice da experiência anterior. (...) Em terceiro lugar — e aqui entra a virtude maior de Rodrigo M. F. de Andrade, foi a seleção de equipes de trabalho incumbida de interpretar, em termos de pesquisas, estudos e obras, os problemas do SPHAN: arquitetos, artistas plásticos, pesquisadores, fotógrafos, engenheiros, etc., profissionais aos quais coube a tarefa do trabalho de campo. Tão grande era esse trabalho e tão pouco era a gente disponível que não poderia ser levado a cabo sem a ajuda de amadores da velha guarda que desde a primeira hora se acostaram ao SPHAN e aí acolheram nova orientação, prestando um serviço admirável e insubstituível” (9).

A partir daquilo que a experiência de trabalho no Patrimônio Histórico e Artístico Nacional lhe deu

“como idéia da atividade do arquiteto de formação profissional e de problemática que o arquiteto deve enfrentar na sociedade de hoje” (10),

é que Luis Saia depõe aos alunos da FAU/USP, há algum tempo.

“Assim fica mais fácil enquadrar o trabalho no Patrimônio, onde o contacto com programas e edifícios de diferentes épocas levou à uma posição em que o resultado do nosso trabalho fosse pertinente e respeitoso a essas diferentes épocas. Na verdade, a própria vida atual da arquitetura brasileira se imiscuiu de tal maneira na atividade do Patrimônio que não é possível encarar o problema da arquitetura exclusivamente do ponto de vista de uma intervenção que partisse do Patrimônio para a sociedade e não da sociedade para o Patrimônio (...) ao lado dessas colocações, e também em termos de polarização, foram propostos desde

(9). — Saia (Luis), “Notas sobre o IPHAN”, *op. cit.*

(10). — “O Projeto na Atualidade Brasileira” — Depoimento do Arquiteto Luis Saia — FAU/USP, 3-10-1969. Orig., datilograf.

o início das atividades do Patrimônio, problemas puramente de técnica, de restauração, histórica, sociológica, etc., setorizadas nos diferentes planos de atividade científica moderna; ao lado disso, como uma compreensão indispensável para o próprio controle dessas verdades particulares que surgiam, da análise sociológica, técnica, filosófica mesmo destes edifícios, que permitiriam uma intervenção neles sem retirar aquilo tinham de substância para fornecer como experiência para a sociedade moderna, houve necessidade de um dado teórico que pudesse firmar esta contribuição dentro de uma linha de evolução que a sociedade no seu conjunto tem e que a sociedade brasileira também tem (...) Deve preservar na medida em que o Patrimônio representa uma espécie de carteira de identidade do próprio país e um municiamento de dados para a inteligência dos brasileiros que podem com eles ver facilitada a sua tarefa de formular e resolver o problema do homem brasileiro” (11).

“Mas nem tudo desta rica experiência resiste, contudo, a uma análise mais severa. Na fase heróica do IPHAN quando o problema fundamental era salvar edifícios antigos do perecimento completo que os ameaçava, certos problemas de uso dos monumentos tombados e restaurados receberam soluções inadequadas. Tais senões servem hoje para selecionar com maior rigor os meios mais eficazes de proteção cabal e, principalmente, de destinação mais coerente” (12).

“Dois problemas principais se colocaram prioritariamente: a). — inventariar o que existia de amostragem mais significativa da formação brasileira; b). — socorrer urgente, e salvar alguns monumentos que estavam profundamente atingidos pela ruína e ameaçavam perecimento completo; se introduzir na normalidade nacional, inclusive e principalmente no campo jurídico, não apenas a figura do “tombamento” e suas consequências, especialmente aquelas que apresentavam um gravame recaído sobre a propriedade privada. A fim de enfrentar tamanha tarefa era indispensável ao IPHAN municiar-se de estudos e colocar corajosamente em segundo plano tudo que pudesse ser feito mais tarde, com mais experiência e mais gente: controle do comércio de arte, tombamento paisagístico, inventário de artes menores, aproveitamento e revalorização de monumentos cuja função se tornara obsoleta, tombamento de conjuntos urbanos, etc.. Os primeiros trinta anos do IPHAN foram consumidos nessa fase heróica e nenhuma homenagem a Rodrigo M. F. de Andrade será suficiente e com-

(11). — *Idem, ibidem.*

(12). — Saia (Luis), “Embú” — texto para a Bienal de Arquitetura. São Paulo, 1973.

pleta se lhe preste, tamanho foi o seu esforço e tão importantes os resultados que alcançou, principalmente em confronto com a pouquidão de numerário e escassez de gente com que pode contar. O prestígio internacional que o órgão conquistou, a jurisprudência que alcançou através de memoráveis acordãos, o número considerável de peças de arquitetura e arte tradicionais que foram nesse período salvas da ruína ou simplesmente postas sob a proteção do poder público, esse foi o legado de uma gestão de 30 anos..." (13).

"Nestes últimos anos, embora mais carente de gente e mais consumido pela ingênia de obras urgentes que se acumularam cada vez mais, o IPHAN não abandonou as diretrizes traçadas por Rodrigo de Andrade para a sua atuação. Embora tudo leva a acreditar que a fase propriamente heróica do IPHAN já esteja ultrapassada, devendo a Repartição ganhar uma nova compleição operativa, os ensaios que realizou anteriormente tendem a ganhar formas sistemáticas de resultados mais completos" (14).

O ininterrupto trabalho dos especialistas e colaboradores do IPHAN, traduzido não só nos problemas de obras, mas também através de trabalhos escritos, formação de copioso acervo documentário pesquisado e/ou reunido, manutenção de uma Revista, toda essa experiência enfim, levou o IPHAN a dar uma contribuição bem significativa, com um potencial a ser desenvolvido, e alcançando formas mais maduras de atuação.

A reforma da legislação do IPHAN (1969) e os encontros de Brasília (1970) e Salvador (1971), refletem seguramente o estágio atual em que culminaram os esforços sistemáticos por uma orientação coordenadora, por uma visão geral de Brasil. Esses encontros, em que compareceram secretários de Estado e representantes de governos regionais ou locais,

"destinavam-se principalmente a conscientizar todos a respeito de uma problemática de proteção e revalorização do patrimônio de modo a alcançar um nível de ação conjunta mais eficiente e de maior profundidade" (15).

O "Compromisso de Brasília" é o documento base saído do primeiro encontro. Do demais positivo que resultou conta-se, sem dúvida, a formação de órgãos regionais em alguns Estados trabalhando na

(13). — Saia (Luis), "Notas sobre o IPHAN", *op. cit.*

(14). — *Idem, ibidem.*

(15). — *Idem, ibidem.*

mesma faixa de interesses, e a formulação mais eficiente da resolução federal que permite aos Municípios e Estados o uso de 5% de sua quota parte do Fundo de Participação, através de convênios com o IPHAN. Se antes, para enfrentar a tamanha tarefa que lhe fora cometida, buscou sempre o IPHAN esta complementação, e mesmo de particulares, para compensar os poucos recursos; agora, a formação dos Patrimônios Estaduais e Municipais, para coadjuvarem os esforços, os convênios e ajustes realizados entre esses órgãos e outras instituições, como necessariamente a faixa universitária de estudos, etc., denotam bem a gama de possibilidades que se abrem, no sentido de estabelecer planejamentos regionais de interesse cultural, turístico e econômico à comunidade, conforme o “Compromisso”. E, ainda, que a participação deles deverá ser em breve regular, uniforme e definitiva.

“Tanto o apelo a novas fontes de numerário que aprestassem o IPHAN para atender ao volumoso encargo de obras urgentes, como os esforços destinados a promover a montagem de órgãos regionais (...) constituíam pretensões de longa data” (16).

Um exemplo disso é que aconteceu em São Paulo, onde a primeira tentativa data do início de 50, mas que só mais recentemente foi criada e efetivada a sua atuação.

Com a criação do CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo) e a formalização de um convênio (1971), estabeleceu-se afinal uma base para levantamentos sistemáticos dos “bens culturais” (que já vinham sendo ensaiados em experiências “piloto”), além de outros serviços e intervenções mais fáceis de realizar através dos governos locais. Através de uma formulação realista e bem fundamentada, e sempre de conformidade com os termos do “Compromisso”, consagrou-se na ordem de trabalhos a necessidade de usar adequadamente os imóveis de valor histórico e artístico,

“dar-lhes uma destinação atuante na sociedade contemporânea” (17)

através de estudos criteriosos que respeitem a natureza deles como documentos mesmos de uma sociedade: tanto aos monumentos, como aos chamados conjuntos monumentais (cidades e sítios históricos), em que até mesmo organismos internacionais como a UNESCO tem colaborado nos esforços. É recomendação também que Casas de Cultura,

(16). — *Idem, ibidem.*

(17). — *Cultura, op. cit.,* pág. 17.

unidades culturais significativas, sejam preferencialmente instaladas nos monumentos. A participação da Universidade, também requisitada, e o entrosamento com arquivos e bibliotecas; são, todos esses, dados seguros para a definição dos planos de aproveitamento com a necessária antecedência.

Si, em 1939 — diz Luis Saia — a intervenção do IPHAN foi decisiva para a recuperação de um edifício como o convento jesuítico do Embú, encontrado em extrema ruína e que constituiu uma obra especialmente volumosa, mas sem se lhe aprestar um uso conveniente; ao contrário, pode ser indicada como sinal de maturidade maior do IPHAN atual, o comportamento face à Fazenda Pau d'Alho, que o levou a tomar todas as medidas para evitar-lhe o uso inconveniente, quando em 1972 consegue, através de um acerto com o IBC, que a fazenda seja adquirida com a finalidade de aí sediar o Museu Nacional do Café (18).

(18). — Saia (Luis), *Notas sobre o IPHAN*, *op. cit.*